



Ata da reunião ordinária de Assembleia Municipal realizada a 29 de abril
de 2016

No dia vinte e nove de abril do ano de dois mil e dezasseis, pelas vinte e uma horas, realizou-se no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, convocada pela sua Presidente, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1º. Ponto – Prestação de Contas de 2015
- 2º. Ponto – 1ª. Revisão Orçamental de 2016
- 3º. Ponto – Proposta de abertura de procedimento da elaboração do Regulamento do Comércio não Sedentário
- 4º. Ponto – Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira para requalificação do Jardim Miguel Torga, na freguesia de Foros de Vale de Figueira
- 5º. Ponto – Plano de Prevenção de Riscos de Gestão incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas
- 6º. Ponto – Informação da atividade da Câmara Municipal

Deu início aos trabalhos desta sessão a Sra. Presidente da Assembleia Municipal cumprimentando todos os presentes e referindo-se à ausência da segunda secretária, Susana do Carmo Cortiçadas Picanço, por motivos de doença, chamando para integrar a mesa o eleito Sr. António Fitas.

Procedeu-se de seguida à chamada, verificando-se as seguintes presenças:

Alexandre Júlio Vinagre Pirata, António Joaquim da Silva Danado, António Joaquim Gens Coelho, em substituição de Susana do Carmo Picanço, António Luis Pinto Xavier, António Manuel Bernardo Fitas, Augusto Francisco Rebotim Pascoal, Beatriz Maria Varela Maltês da Visitação, Dário Miguel Tregreira Coelho, Guilherme Tomás Cebola de Almeida Franco, João António Abrantes Caldeira, Joaquim Isidoro Miguéns D'Abreu Bastos, José Carlos das Dores Zorrinho, José Maria Barroso Fernandes, José Vicente Grulha, Maria Joana Gingão, em substituição de Duarte Manuel Vicente da Luz, Manuel António Coelho, Orlando Manuel Beldroega, Paula Cristina Pinto Martins, Paulo Dinis Nabais Arrifes, Pedro Manuel Pinto Bento, Rui Fernando Benavente Páscoa, Sandra Cristina Esperança Matias, Sílvia Cristina Gomes Soares, Sónia Cristina dos Ramos, Telmo Filipe Marques Caldeira e Vitalina da Conceição Pavia Roque Pires Sofio.

Também estiveram ausentes da sessão os eleitos Joaquim Alberto Vidigal Galvão e Maria Helena Coelho Sabino Salvaterra, tendo ambos justificado a sua ausência.

Estiveram ainda presentes, a Sra. Presidente da Câmara Municipal, Hortênsia Menino, a Sra. Vereadora Palmira Catarro e os Srs. Vereadores António Pinetra, João Marques e Henrique Lopes.

Blogue do fto

A Sra. Presidente da Assembleia Municipal retomou o uso da palavra para colocar à discussão a proposta de ata da última sessão e não havendo nenhuma proposta de alteração, foi a mesma votada e aprovada por unanimidade.

Seguidamente informou que ia dar início ao período antes da ordem do dia.

Pediu a palavra o eleito Sr. António Xavier parabenizando a Associação 29 de Abril pelo seu aniversário. Referiu ainda que passavam nesta data dois anos sobre a aprovação, neste órgão, da constituição do Conselho Municipal da Juventude.

De seguida apresentou uma recomendação à Câmara Municipal, a qual se transcreve de seguida:

Exma. Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo,

O CDS-PP de Montemor-o-Novo vem por este meio chamar a atenção do executivo da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo para um problema grave dos nossos dias e para a falta de cuidado que os serviços do Município têm demonstrado no que diz respeito à prevenção deste problema.

O problema que aqui trazemos à discussão é o da partilha de material pedófilo online e as suas formas de prevenção. Assim, e:

Considerando que a Children's eSafety Commissioner, instituição australiana que se dedica à observação da segurança dos menores online, apresentou, no ano de 2015, um relatório em que foram encontradas 45 milhões de imagens em que "cerca de metade desse material parecia ter como fonte directa uma rede social" e que algumas das fotografias encontradas estavam armazenadas "em pastas pessoais com miúdos na praia ou ginastas, por exemplo";

Considerando ainda que todas as crianças têm o direito à imagem e à reserva da vida privada, direitos estes contemplados no nosso Código Civil, nos artigos 79º e 80º, pelo que devem ser respeitados por todos, inclusivamente, pelos próprios pais;

Lembrando que todos temos o direito de impedir a divulgação da nossa imagem sem consentimento. Embora não exista uma proibição quanto à partilha de fotografias de menores nas redes sociais, a prudência e moderação parecem ser universalmente aceites e as únicas armas disponíveis de momento;

Tendo em conta que os perigos da divulgação de fotografias nas redes sociais são suficientemente conhecidos para serem ignorados, tal como aponta um acórdão recente do Tribunal da Relação de Évora quando afirma, "o exponencial crescimento das redes sociais nos últimos anos e a partilha de informação pessoal leva a que os que desejam explorar sexualmente as crianças consigam seleccionar os seus alvos para realização de crimes";

Considerando que a presidente-executiva do Instituto de Apoio à Criança (ICA), Dulce Rocha, afirmou que "é uma decisão prudente(...)" que "contribui para mostrar o perigo de colocar fotografias de crianças na internet. Porque vamos tendo notícias sobre como são escolhidas as crianças (para a prática de crimes sexuais) e a net tem um papel fundamental, disponibiliza informação preciosa". Tendo dito, ainda, que "para prevenir é importante que se faça alguma coisa, não podemos agir depois do crime.";

Considerando que a Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em risco é da opinião que "o Estado deve (...) apostar fortemente na educação e formação das famílias, de modo a incentivar condutas responsáveis de pais e filhos online";

Por último, atendendo à posição da Policia de Segurança Pública sobre este tema de que "a melhor forma de proteger é evitar que aconteça", alertando para os perigos online da partilha de fotografias que identifiquem menores e os coloquem numa situação de fragilidade perante estranhos, tendo sido alvo de uma campanha lançada em Agosto do ano passado. Lê-se que, "a melhor forma de o proteger é evitar que apareça aqui para sempre. Não publique caras de crianças, não mencione nomes e locais, não arrisque aqui: a decisão é sua". A PSP apela ao "bom senso e ao conhecimento que deve prevalecer na hora de publicar uma foto". A PSP avança com as seguintes recomendações:

Moque Sofia

Rever as definições de segurança no Facebook (ou qualquer outra rede social) quanto à partilha das fotos e visibilidade das mesmas (quem consegue ver as fotos e os likes que esta recebe), o que não está manifestamente a acontecer uma vez que todas as publicações do Município de Montemor-o-Novo são públicas;

Não tirar fotografias exclusivamente à cara da criança em destaque (por forma a não se identificarem traços físicos característicos e inequívocos desta), o que não está a acontecer porque as fotos publicadas são explícitas e algumas até em grande plano, quando deveriam ser no muito, genéricas;

Optar por fotografias inócuas quanto ao local, sem fazer a partilha do mapa (evitando dar a conhecer em que local estão ou tornando mais difícil a sua localização em tempo real), o que não está a acontecer uma vez que todos os locais das fotos partilhadas pelo Município de Montemor-o-Novo são facilmente identificáveis;

Não partilhe repetidamente fotos da criança ou opte por não partilhar de todo; se possível desfoque a cara da criança, o que não está de todo a acontecer.

Entende o CDS-PP de Montemor-o-Novo estarem reunidas as condições para que haja uma efectiva protecção da Criança por parte do Município, devendo este liderar pelo exemplo, pelo que:

PROPÕE a esta Assembleia, através de V.Exa, se digne aprovar uma recomendação à Câmara Municipal de Montemor-o-Novo para que a Autarquia adote uma postura ativa de prevenção, abstendo-se de publicar fotografias de crianças em todas as suas ferramentas virtuais, cumprindo, assim, todas as recomendações das entidades supra citadas e, ainda, crie uma campanha de sensibilização da população alertando a mesma para este grave problema. Tendo sempre presente que “o interesse superior da criança deverá ser o interesse diretor daqueles que têm a responsabilidade por sua educação e orientação (“Declaração Universal dos Direitos da Criança da UNICEF – Princípio VII).

Para falar sobre o documento pediu a palavra a eleita Sra. Sonia Ramos considerando que esta chamada de atenção sobre os direitos da criança é bastante pertinente, nomeadamente os direitos de imagens. O Boletim Municipal apresenta frequentemente imagens explícitas de crianças, ainda que em locais públicos.

No entanto, disse ainda a mesma a eleita, a discussão mais importante que devemos ter está relacionada com a criação de uma Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, tema este que já foi abordado na última reunião do Conselho Local de Ação Social, sendo que a sua criação é da iniciativa de cada Município. Todos sabemos da importância da publicação de fotos de crianças nas redes sociais, para as redes de pedofilia.

Deixou o desafio à Assembleia Municipal para que se possa debatido num outro modelo, com instituições locais, no sentido da criação da referida Comissão no nosso concelho. Informou ainda que votará favoravelmente o documento.

De seguida, interveio o eleito Sr. Carlos Zorrinho referindo que ninguém pode deixar de subscrever esta recomendação, no entanto não considera que o comportamento da Câmara Municipal seja desequilibrado, quanto a este assunto, no entanto pode-se sempre melhorar. Não tem nenhuma especificidade concelhia.

Voltou a usar da palavra a eleita Sra. Sónia Ramos dizendo que o documento visa alertar a Câmara Municipal, assim como as Juntas de Freguesias que se inibam de fazer reportagens fotográficas de crianças em atividades na escola, assim como de as publicar.

Usou da palavra, seguidamente a Sra. Presidente da Câmara referindo que existe autorização dos pais para fotografar as crianças em eventos escolares, quando isso não acontece os serviços têm indicações para não fazerem reportagens. Ainda assim, a Câmara Municipal, aceita a recomendação transmitida. Disse ainda que, relativamente à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens não é da responsabilidade dos municípios a sua criação, apenas a sua instalação, sendo que decorrem já contactos com possíveis entidades a integrar a mesma, no sentido de vir a ser criada no nosso concelho.

Pedi para usar da palavra o eleito Sr. António Xavier dizendo que não está em causa se a Câmara tem autorização ou não tem. O que importa é mesmo alertar os pais, porque é relativamente fácil aceder às fotos pelas redes sociais.

Novamente no uso da palavra, a eleita Sra. Sónia Ramos referiu que a autorização que os pais assinam no início do ano escolar é respeitante apenas à escola. Considera que a mesma não é abrangente para a Câmara fazer este tipo de reportagens e as publique nas redes sociais.

Relativamente à Comissão, é o município que pode pedir a sua instalação. Referiu ainda que já decorreram várias iniciativas de várias entidades junto da Câmara para a promover. Faz todo o sentido ser uma aposta da Câmara Municipal.

Não havendo mais pedidos de uso da palavra, a Sra. Presidente colocou o documento à votação.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

Voltou a usar da palavra o eleito Sr. António Xavier para apresentar uma outra recomendação à Câmara Municipal, sobre o agendamento das reuniões da AM, bem como sobre o local de realização das mesmas.

Sobre o documento apresentado o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, Sr. António Danado, disse que a competência para agendar as reuniões deste órgão compete à Sra. Presidente da Assembleia.

Quando decorreram as reuniões sobre a elaboração do regulamento essa questão foi discutida. Salientou ainda que decorrem aos Sábados diversos eventos de cariz cultural, desportivo, etc., os quais envolvem grande número de eleitos, pelo que não seria compatível também.

De seguida, a Sra. Presidente da Assembleia, deu a palavra ao eleito Sr. Carlos Zorrinho, o qual interveio para solicitar que as sessões da Assembleia Municipal sejam transmitidas em rede e que fiquem gravadas e disponíveis no sítio da internet da Câmara Municipal. Trata-se de um ato de transparência. Considera que alguns temas justificam a utilização de um outro espaço mais abrangente e caracter extraordinário, no entanto para as sessões ordinárias considera que o Salão Nobre é um espaço digno. A bancada do Partido Socialista irá abster-se na votação desta proposta.

Usou da palavra de seguida, o eleito Sr. António Xavier para solicitar à mesa que seja retirada a recomendação apresentada, reconsiderando que cabe à Sra. Presidente da Assembleia essa decisão. Referiu que o documento traduz a opinião do CDS/PP de que as pessoas têm menos disponibilidade/disposição para se deslocar à Câmara para assistir às sessões numa sexta-feira à noite, comparativamente a uma tarde de Sábado, porque seria importante a presença de mais montemorenses. Também considera não ser uma questão complicada a transmissão *online* das sessões.

Logo após interveio a eleita Sra. Sónia Ramos para apresentar uma declaração de interesse, considerando que a alteração do dia da semana para a realização das sessões não traria a garantia de ter mais pessoas a assistir. Ela própria teria bastante dificuldade em participar. Salientou a importância da transmissão *online* das sessões, sendo que, a longo prazo, poderia ser uma forma de trazer as pessoas a assistir às sessões. A Câmara tem feito muito investimento na modernização dos serviços, por isso a transmissão das sessões não será difícil de concretizar, em nome de uma democracia participada.

Em resposta, usou da palavra a Sra. Presidente da Câmara Municipal referindo que já no anterior mandato informámos que estava a ser tratado um conjunto de diligências para ser criada uma plataforma de apoio à Assembleia Municipal no sentido de serem transmitidas as sessões deste órgão, no entanto por razões relacionadas com o funcionamento da empresa a quem tinha sido adjudicada esse serviço, o referido projeto não avançou nessa altura.

Neste momento foram retomadas as diligências com a ADRAL para que as transmissões possam ter início.

16/4/2016

De seguida, a eleita Sra. Sónia Ramos questionou a Câmara sobre quais foram em concreto os problemas com a referida empresa.

A Sra. Presidente da Câmara voltou a usar da palavra para informar que o procedimento tratado na altura, dizia respeito a todas as Assembleias Municipais do Distrito, no entanto não foi tratado diretamente pela Câmara Municipal, apenas tem conhecimento que a empresa contratada não deu resposta ao solicitado. Informou que irão brevemente ser agendados testes para terem início as transmissões *online*.

A Sra. Presidente da Assembleia Municipal retomou o uso da palavra para informar que serão agendados testes com o equipamento que possibilitará a transmissão das sessões através do *Skype*. Sobre o documento no que respeita à alteração do dia da semana para realização das sessões, referiu que na sua opinião, não seria essa alteração que traria mais público.

Algumas sessões, em que os temas o justifiquem poderá ser interessante alterar o dia. Foi uma decisão conjunta no início do mandato que a sexta-feira seria o dia mais indicado para que todos participassem.

Quem usou da palavra foi o eleito Sr. António Xavier, o qual questionou a Câmara Municipal sobre a data para criação do Conselho Municipal da Juventude. Perguntou ainda qual a razão dos quiosques virtuais estarem desligados.

Questionou ainda o Sr. Vereador António Pinetra sobre as condições em que se encontram os hidratantes da Rua Manuel da Fonseca e zona envolvente. Ainda no uso da palavra para solicitar esclarecimentos sobre a situação da Rua Ernesto Pinto Ângelo e Rua Pascoal Coelho, em Silveiras.

De seguida a Sra. Presidente da Assembleia, deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre, o qual iniciou a sua intervenção para informar sobre uma tomada de posição apresentada na Assembleia de Freguesia de Cortiçadas de Lavre e Lavre relacionada com a falta de um auxiliar para assegurar um pequeno período durante a tarde (entre as 15:30h e as 17:30h) na Escola EB1 de Cortiçadas de Lavre, documento que vai ser enviado à Assembleia Municipal. De seguida propôs a realização de uma conversa entre a Câmara, o Agrupamento de Escolas, a Associação de Pais e Encarregados de Educação e a Junta de Freguesia, no sentido de se agilizar uma solução.

Ainda no uso da palavra, apresentou uma moção sobre a reposição de freguesias, a qual se transcreve de seguida:

O processo de agregação/extinção de centenas de freguesias, concretizado com a lei nº 11-a/2013, inseriu-se num objetivo mais amplo de liquidação do poder local democrático, conquista do 25 de Abril, consagrada na Constituição Portuguesa.

A pretexto do memorando de entendimento com a troika e da redução da despesa do Estado a extinção/agregação das freguesias – à semelhança do que sucedeu com outros serviços públicos – inseriu-se num processo mais amplo de reconfiguração do Estado, redução do número de trabalhadores, concentração e centralização de serviços. Tal medida significou a eliminação de milhares de eleitos autárquicos, maior afastamento entre eleitos e eleitores, maiores dificuldades na resposta aos problemas e anseios das populações, desvirtuamento do papel e função das freguesias na organização do poder local, entre outras perdas.

Ao contrário do que muitas vezes foi repetido, a reforma administrativa territorial autárquica não trouxe poupança ao Estado, resultando mesmo em muitas situações em encargos acrescidos para as freguesias.

A reforma administrativa imposta pelo governo, sem consideração da opinião das freguesias e das populações, em nada resolveu – antes agravou – os principais problemas com que se confrontam as freguesias.

A reforma administrativa imposta pelo governo, sem consideração da opinião das freguesias e das populações, em nada resolveu – antes agravou – os principais problemas com que se confrontam as freguesias.

169 no Sofo

Uma verdadeira reforma administrativa só pode ser concretizada com a real participação e envolvimento dos eleitos locais e das populações.

Assim, a Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, reunida em sessão ordinária, em 29 de abril de 2016, delibera:

Reafirmar a exigência de reposição das freguesias do concelho, extintas contra a vontade das populações e dos respetivos órgãos autárquicos;

Apelar à intervenção dos Grupos Parlamentares da Assembleia da República no sentido de tomarem as medidas legislativas necessárias à reposição de freguesias e que todo o processo esteja concluído de forma a assegurar as eleições no ato eleitoral de 2017.

Pedi a palavra a eleita Sra. Sónia Ramos afirmando que este tipo de matéria deve ter outro de reflexão, ser remetida atempadamente e ser incluída na ordem de trabalhos.

Considera que o facto de haver menos eleitos, não prejudicou em nada as populações, para além de que nenhuma das anteriores sedes, encerrou.

Usou da palavra o eleito Sr. Joaquim Bastos afirmando que o Partido Socialista sempre se pronunciou contra a eliminação de freguesias. Não se poupou nada com esta extinção. Como membro do executivo de uma freguesia, considera que só se perdeu.

De seguida interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, Sr. António Danado referindo que respeita a posição da eleita Sónia Ramos. Esta questão já foi tratada por diversas vezes por este órgão. Os eleitos do PCP e do Partido Socialista, na Assembleia da República, consideraram haver necessidade de ser criada uma nova lei-quadro que permitisse criar, extinguir e reorganizar ou modificar freguesias.

A bem das populações, as freguesias devem ser repostas. Houve muitas perdas para a qualidade de vida das pessoas. O nível de resposta às solicitações não é o mesmo. A freguesia a que preside tem mais de 400 quilómetros quadrados de extensão.

É prioritário o início da discussão sobre esta matéria aqui na Assembleia Municipal referindo ainda o mesmo eleito e caso seja necessário a realização de uma sessão extraordinária.

Sobre o assunto em discussão, o eleito Sr. Augusto Pascoal considera que relativamente à União das Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre, as duas têm realidades completamente distintas e que logo que possível devem ser separadas.

Já que está pensada a possibilidade de resolver esta questão, que se resolva rapidamente.

De seguida, a Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Cabrela, enquanto Presidente de uma freguesia rural referiu que a maioria das respostas às questões colocadas pela população é feita não só pelos funcionários, como pelos membros do executivo.

Ainda sobre o documento, o eleito Sr. Alexandre Pirata, salientou a sua experiência enquanto eleito na Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Vila, sendo que já nessa altura sentia dificuldades em responder em tempo útil aos pedidos dos fregueses, pelo que a dificuldade nos dias de hoje, com a agregação das três freguesias, será bastante superior decerto.

Conclui-se que com a agregação das freguesias, os custos mantiveram-se e os prejuízos para as populações triplicaram. Só pode ter opinião diferente quem não conhece como é a vida nos meios rurais. Irá votar favoravelmente o documento.

Pedi de novo para usar da palavra a eleita Sra. Sónia Ramos referindo que onde houve agregação de freguesias, também terá havido agregação de recursos, pelo que é necessário fazer uma boa gestão dos mesmos.

De seguida questionou os Presidentes de Junta de Freguesia sobre a frequência com que um freguês, numa freguesia rural, se dirige à Junta e quais os assuntos que vai tratar.

Perante a questão, vários Presidentes de executivos de freguesias rurais responderam que diariamente os fregueses se dirigem para colocar questões.

Na sua opinião as populações não sofreram quaisquer prejuízos, dado que nenhuma das anteriores sedes encerrou, os funcionários mantiveram o seu posto trabalho e os orçamentos também não foram reduzidos.

Moque Sofis

A Sra. Presidente da Assembleia deu a palavra ao eleito Sr. Manuel Coelho, que referiu que só quem conhece a realidade das freguesias rurais sabe o tempo que os executivos disponibilizam da sua vida pessoal em prol das pessoas.

O mesmo eleito disse ainda que *"foi a pior coisa que fizeram às pessoas desde o 25 de Abril"*.

Retomou o uso da palavra a Sra. Presidente da Assembleia Municipal para solicitar aos eleitos autorização para prolongar por mais meia hora o período antes da ordem do dia, conforme menciona o Regimento.

A partir deste momento a eleita Sónia Ramos, ausentou-se da sala de sessões, tendo justificado a sua ausência.

Logo após, a Sra. Presidente da Assembleia colocou a moção à votação sendo a mesma aprovada por maioria, com vinte e dois votos favoráveis dos eleitos pela CDU e pelo PS e um voto contra do eleito pelo CDS/PP.

Pediu a palavra, o eleito Sr. João Caldeira para apresentar uma saudação ao 25 de Abril e 1º Maio, a qual se transcreve de seguida.

Comemorámos Abril. 42 anos passados sobre aquela madrugada radiosa, reavivamos a memória e renovamos a esperança.

SAUDAMOS todos aqueles que lutaram pela liberdade, contra a ditadura fascista, contra a guerra colonial, contra a carestia de vida, os baixos salários e o desemprego, enfrentaram torturas e prisões, alguns sacrificando a própria vida, sendo verdadeiros heróis que desbravaram e abriram caminho para que o 25 de Abril se cumprisse.

SAUDAMOS o povo anónimo que, apoiando os capitães de Abril, nesse dia saiu à rua exigindo liberdade, democracia, fim das injustiças e desigualdades, direito à educação, à saúde para todos, à cultura, gritando não mais à guerra, não mais às prisões políticas, impossibilitando assim o retrocesso ao passado de quase 50 anos de fascismo.

SAUDAMOS todos os trabalhadores que ao longo dos anos, mesmo na tenebrosa noite fascista comemoraram o dia 1º. de Maio e fizeram desse dia de 1974 uma jornada impar de unidade e luta pelos seus direitos revelando uma aspiração de mudanças profundas e exigindo a sua consagração na Constituição da República.

Celebrar o 1º de Maio este ano será, não só recordar o significado da luta dos operários de Chicago há 130 anos mas, celebrar as lutas dos trabalhadores de todo o mundo, que ao longo de gerações, fizeram a humanidade avançar.

A complexa situação nacional e internacional que atualmente vivemos, obriga-nos à necessidade de continuar a intervir e a lutar por uma sociedade mais justa, fraterna e solidária.

VIVA o 25 de ABRIL

VIVA o 1º. de MAIO

Interveio de seguida, o eleito Sr. Carlos Zorrinho para questionar a Presidente da Assembleia se desenvolveu algumas diligências para a realização de uma sessão extraordinária alargada sobre a Carta Estratégica, conforme tinha proposto na última sessão.

Ainda no uso da palavra, o mesmo eleito, saudou o 25 de Abril e o 1º de Maio, em nome de toda a bancada do PS.

É fundamental a luta dos trabalhadores e comemorar a liberdade, não só pelo seu valor, mas também pelo que se pode fazer com ela.

Referiu ainda estar surpreendido pelo fato do executivo camarário ter recusado uma proposta de inclusão de uma menção à liberdade, por parte dos Vereadores do Partido Socialista, na moção apresentada na sessão de Câmara e que por essa razão se abstiveram na votação da mesma. É sua opinião que todos devemos apelar à liberdade, mas fundamentalmente, apelar para que usem a liberdade, isso é comemorar Abril.

Em resposta ao eleito pelo Partido Socialista, a Sra. Presidente da Assembleia informou que o processo de revisão continua em curso e que irá agendar com a Câmara, o momento mais oportuno para a realização de uma sessão extraordinária.

BlogueSofa

Quem interveio de seguida, foi o eleito Sr. Joaquim Bastos afirmando que ao circular nas ruas da cidade reparamos que existem muitos prédios em ruínas, sendo que muitos deles já põem em risco a segurança dos peões, nomeadamente o edifício com o número oito da Rua de Lisboa e o edifício com o número quarenta e cinco da Rua cinco de Outubro, entre outros. Questionou de seguida o executivo da Câmara se foram realizados contactos com os proprietários desses edifícios, no sentido de procederem à sua reabilitação.

Pedi para usar da palavra, o Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras para dar os parabéns à Freguesia de São Cristóvão por ter sido considerada, por uma revista de referência, uma das três aldeias mais bonitas do Alentejo.

De seguida a Sra. Presidente deu início à Ordem de trabalhos:

1º. Ponto- Prestação de Contas de 2015

A Sra. Presidente da Assembleia informou que o Relatório do Revisor Oficial de Contas, por lapso, não foi remetido junto à restante documentação, pelo que o será logo que possível.

Interveio de seguida, a Sra. Presidente da Câmara dizendo que foram todos os outros documentos, entre os quais o Relatório de Prestação Contas que faz uma avaliação sintética das principais intervenções da Câmara ao longo do último ano. O Orçamento e o Plano de atividades inicialmente previstos, não ficou alheio às condicionantes dum conjunto de medidas impostas pelo Orçamento de Estado de 2015.

Consideramos que foi positiva a nossa capacidade de intervenção, das quais destacamos, o novo Centro Escolar, a Pista de Atletismo, o início da revisão da Carta Estratégica de Montemor-o-Novo e o lançamento do Programa “Ao Sabor das Estações”.

Demos continuidade ainda a um conjunto de Projetos já em curso, nas áreas do património, do ambiente, da cultura, etc.

Podem ainda verificar dados positivos a nível da execução orçamental, assim ao nível da redução de dívida, sendo o resultado líquido apurado também positivo.

Pedi a palavra o eleito Sr. Carlos Zorrinho afirmando que a documentação relativa ao primeiro e segundo ponto, apenas foi facultada à vereação com menos de vinte e quatro horas de antecedência da sua discussão em reunião de câmara, pelo que os senhores vereadores votaram contra, porque não havia condições para discutir documentos tão importantes.

Por essa razão, também na Assembleia Municipal os eleitos pelo Partido Socialista irão abster-se.

Interveio de seguida, o eleito Sr. António Danado para realçar que o Programa denominado de Protocolo Local criou em Montemor uma enorme dinâmica no Comércio Local, numa parceria com o movimento associativo, os comerciantes e a Junta de Freguesia.

De seguida a Sra. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao eleito Sr. Guilherme Franco, o qual referiu que ao analisar os documentos se verifica que o FAME vai retirar um milhão de euros nos próximos sete anos, o que decerto irá criar grandes constrangimentos, assim como a retenção de Receitas, no âmbito da Lei das Finanças Locais.

Disse ainda ser importante referir alguns dos objetivos que a autarquia manteve, como a democracia participada, através de uma política de descentralização de competências, a valorização dos serviços públicos de qualidade, através da modernização da gestão municipal e da defesa das trinta e cinco horas semanais, na expansão da economia, através do Programa Mor Mais Economia, da Agenda XXI Local, do Projeto das Hortas Comunitárias, entre outros.

Destacou ainda a colaboração com o Movimento Associativo, o apoio à Juventude, o apoio às Famílias, através do Programa Mor Solidário.

Salientou que mais de noventa por cento dos trabalhadores têm contrato de trabalho por tempo indeterminado.

Houve um aumento das receitas, pelo que em trinta e um de dezembro não havia pagamentos em atraso e que durante o ano não houve recurso a empréstimos. Terminou a intervenção parabenizando a Câmara pelo trabalho realizado em prol do concelho.

Hoje só foi

Em resposta à intervenção do eleito Sr. Carlos Zorrinho, a Sra. Presidente da Câmara Municipal referiu que o único documento que não foi remetido dentro do prazo previsto foi o Relatório Final da Prestação de Contas, toda a restante documentação foi enviada atempadamente.

Deliberação: Aprovada por maioria, com quinze votos a favor dos eleitos pela CDU e oito abstenções dos eleitos do CDS/PP e PS.

2º. Ponto - 1ª. Revisão Orçamental de 2016

Sobre este ponto a Sra. Presidente da Câmara Municipal referiu que conforme está prevista na lei a primeira revisão orçamental deve ser apresentada em conjunto com a Prestação de Contas e destina-se a integrar o saldo das contas de gerência.

Deliberação: Aprovada por maioria, com quinze votos a favor dos eleitos pela CDU e oito abstenções dos eleitos do CDS/PP e PS.

3º. Ponto - Proposta do Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira para requalificação do Jardim Miguel Torga, na freguesia de Foros de Vale de Figueira.

Relativamente à proposta apresentada, a Sra. Presidente informou que a proposta surge no âmbito do processo de articulação entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, à semelhança de outros, sendo que neste caso em específico, trata-se de uma intervenção no Jardim Miguel Torga, na freguesia de Foros de Vale de Figueira.

Não havendo pedidos de uso da palavra, foi o documento colocado à votação.

Deliberação: A provada por unanimidade

4º. Ponto - Plano de Prevenção de Riscos incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas

A Sra. Presidente da Câmara Municipal informou que foi deliberado em reunião de Câmara criar um grupo de trabalho para a revisão deste Plano, salientando a importância de se fazer uma avaliação de acordo com a nova orgânica da Câmara Municipal.

5º. Ponto - Informação da atividade da Câmara Municipal

A Sra. Presidente da Câmara Municipal voltou a usar da palavra no sentido de dar resposta a várias questões colocadas no período antes da ordem do dia. Assim, quanto ao Conselho Municipal de Juventude referiu que já tinha informado no passado mês de Fevereiro, que existia já uma proposta de Regulamento, tendo-se verificado posteriormente que não terá sido formalizada de acordo com as novas regras do CPA, pelo que esse processo está a ser agora preparado, estando a sua conclusão apenas dependente dos prazos previstos na lei.

No que respeita aos quiosques multimédia, salientou que ocorreu uma interrupção do seu funcionamento, no entanto perspetiva-se o seu normal funcionamento a curto prazo.

Sobre a questão colocada sobre a falta de uma auxiliar no Jardim de Infância de Cortiçadas de Lavre, a Câmara está a tomar medidas para que num curto espaço de tempo possa ser resolvido.

Relativamente às questões colocadas sobre a reabilitação urbana, a Sra. Presidente da Câmara informou que a Câmara apresentou uma candidatura no âmbito do Programa Operacional Alentejo 2020 para elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano. O referido Plano prevê que, para além de investimento público e municipal, prevê que seja afeta também a possibilidade de intervenção na recuperação de edifícios privados, com recurso a um instrumento financeiro.

De seguida, usou da palavra o Sr. Vereador António Pinetra dizendo que os serviços já fizeram o levantamento em todo o concelho, reconhecendo todas as dificuldades existentes na limpeza da vegetação pelo que a curto prazo, também as zonas referidas serão alvo de intervenção.

Quanto às ruas referidas em Silveiras, solicitou ao eleito Sr. António Xavier que especificasse a que se refere em concreto.

Em resposta, o eleito pelo CDS/PP disse que ambas as ruas são de terra batida e sem qualquer escoamento de águas, pelo que quando aconteceram grandes chuvadas, as mesmas ficaram inundadas, impedindo a sua utilização pelas pessoas. Isto acontece há vários anos.

Interveio de novo o Vereador António Pinetra referindo que já foram construídas as infraestruturas, mas ainda não houve disponibilidade financeira para executar a sua pavimentação. Não chegou à Câmara Municipal qualquer informação sobre inundações nas referidas ruas.

Como nas Silveiras, existem outras situações idênticas de ruas por pavimentar como por exemplo no Ciborro, Cabrela, S.Geraldo, Reguengo e outras.

Voltou a usar da palavra o eleito António Xavier questionando se também há conhecimento da existência de um poço a céu aberto, onde crianças brincam na sua proximidade.

Usou da palavra, o Sr. Presidente da União de Freguesias de Nossa Senhora do Bispo, Nossa Senhora da Vila e Silveiras, afirmando que esteve naquele local há relativamente pouco tempo e que desconhece a existência desse poço.

Voltou a usar da palavra a Sra. Presidente da Câmara Municipal para informar os eleitos que, no âmbito de um procedimento interno, foram detetados factos anómalos, cuja prova documental foi também associada em sede de procedimentos de reconciliação bancária. Esses factos determinaram a abertura de um processo disciplinar à pessoa que foi associada a esses factos, bem como uma participação ao Ministério Público. Estas duas medidas permitirão apurar responsabilidades, pelo que iremos aguardar as conclusões dos mesmos de firma a serem tomadas outras decisões.

Concluída a ordem de trabalhos, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao público tendo usado da palavra o Sr. Vitor Vicente para questionar a Câmara se existia algum constrangimento orçamental para que as estradas de terra batida estejam o ano inteiro à espera de uma intervenção.

Considera essencial aproximar as pessoas da política, como se pode verificar nas últimas eleições autárquicas, onde apenas o CDS/PP registou uma subida no número de votantes. Referiu que acha que a Assembleia deve tentar aproximar as pessoas da política.

De seguida usou da palavra a Sra. Maria do Céu Farinha dizendo que teve conhecimento da existência, na casa de uma vizinha, de uma escadaria de acesso num estado bastante perigoso, questionando se poderá a Câmara Municipal dar algum apoio.

Em resposta à primeira questão colocada pelo público, a Sra. Presidente da Câmara salientou que temos boas máquinas para fazer as intervenções necessárias nas estradas rurais, não temos é pessoal, devido aos constrangimentos impostos para redução de funcionários.

Temos dado a resposta possível, com o número de funcionários que temos.

Relativamente à segunda questão, informou que tanto a intervenção a nível da escadaria, como outros melhoramentos nas condições de habitabilidade, poder-se-á enquadrar no âmbito do Programa Mor Solidário. Pelo que se devem dirigir aos serviços técnicos para melhores esclarecimentos.

Pedi a palavra o Sr. José do Carmo Reis para solicitar esclarecimentos sobre uma notícia publicada num jornal que fazia referência a contratos celebrados por Ajuste Direto, entre a Câmara Municipal e empresas de um ex. deputado do Partido Comunista Português, no valor aproximado de 400 mil euros.

Questionou a Câmara Municipal sobre a justificação para que estes contratos sejam realizados há vários anos, com estas empresas, cujo beneficiário é sempre o mesmo.

Salientou ainda que teve conhecimento que a questão já terá sido colocada pelo eleito do CDS/PP à Câmara Municipal.

Em resposta a Sra. Presidente da Câmara afirmou que irá recolher informações junto dos serviços responsáveis para poder dar resposta.

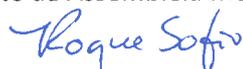
Pedi para usar da palavra o eleito Sr. Carlos Zorrinho dizendo que importa apurar se existe fracionamento indevido, pelo que aguarda a resposta da Sra. Presidente.

Por parte do público, interveio ainda o Sr. Luis Machado, membro da Juventude Popular de Montemor-o-Novo, dizendo que sempre se debateram pela criação do Conselho Municipal da Juventude e que estará presente na próxima sessão para receber informações sobre o mesmo, por parte da Sra. Presidente da Câmara.

Não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão pela Sra. Presidente da Assembleia Municipal, eram vinte e três horas e vinte e nove minutos, tendo a Assembleia Municipal deliberado aprovar por unanimidade esta ata, em minuta, ao abrigo do número três do artigo quinquagésimo sétimo da lei número setenta e cinco, barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua atual redação.

E eu, Helena Bazilisa Rodrigues, Assistente Técnica, funcionária designada para o efeito, a redigi e subscrevo.

A Presidente da Assembleia Municipal



Vitalina Roque Sofio

A Assistente Técnica



Helena Bazilisa Rodrigues